



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM –
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO
FRANCISCO

realizada em Bom Despacho
em 19 de agosto de 2004

1 Às quatorze horas e trinta minutos do dia 19 de agosto de 2004, reuniu-se o
2 Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM da Unidade Regional
3 Colegiada do Alto São Francisco, no auditório do Sesc, na cidade de Bom
4 Despacho /MG. Participaram os seguintes Conselheiros titulares e suplentes: o
5 Presidente do COPAM Regional do Alto São Francisco, Dr. Shelley de Souza
6 Carneiro, Alex Fernandes Santiago, Alex Moreira, Camilo Lélis André de Melo,
7 Eustáquio Marcelino Valério Calderano, Geraldo Ferreira Vaz, Gerson Luiz de
8 Freitas, Lessandro Gabriel da Costa, Lucélio Nativo da Assunção, Marcelo
9 Ferreira Guimarães, Márcio Antônio de Oliveira, Roberto Soares Nogueira,
10 Rogério Chaves, Valmir José Fagundes e Verginia Margareth Martins.

11 ... ▲ Item 1 - Abertura

12 **Dr. Shelley de Souza Carneiro** - É um grande prazer estar aqui, com o
13 COPAM, Conselho de Política Ambiental do Alto São Francisco na nossa 5ª
14 Reunião. Estas reuniões estão se tornando muito importantes, ganhando uma
15 dimensão muito positiva na sociedade. Gostaria de externar o meu prazer,
16 agradecendo ao Prefeito de Bom Despacho que está presente e muito nos
17 ajudou a realizar esta reunião. Como somos uma reunião itinerante precisamos
18 contar com a ajuda dos prefeitos das regiões. E isto tem acontecido. E é muito
19 bom para nós e para a realização da reunião. Por isso, agradeço em nome de
20 todo o Conselho. Antes de começar gostaria de trazer algumas considerações.
21 Isto é normal, pois estamos em uma coisa nova que está começando há menos
22 de um ano e, às vezes, alguma informação é falha. Os membros técnicos que
23 estão aqui hoje, da Unidade Regional Alto São Francisco, que é a Unidade que
24 dá todo um suporte técnico. Advogados e Técnicos estão sendo confundidos
25 com o COPAM. O COPAM é um Conselho. Somos nós. A casa é a Unidade de
26 Apoio. O suporte técnico do COPAM. Isto deve ficar bem claro. Em segundo,
27 dizer que estamos no processo de treinamento das Unidades de Minas Gerais,
28 para que se tenha um padrão de atendimento em todas as Regionais. Muita
29 gente tem procurado as Regionais e reclamado que estas ainda não estão em
30 funcionamento. Mas este tempo é necessário para que a casa possa
31 administrar os seus problemas. Um deles é a modificação da DN 01/90, que já
32 foi apresentada aqui em uma das reuniões. O Conselheiro Clever Greco foi
33 eleito para participar das reuniões a respeito das modificações que estão
34 acontecendo. A Câmara se reuniu 4 ou 5 vezes e conseguiu fechar todas as
35 modificações da DN 01/90. Esta modificação vai para o Plenário no dia 9 de
36 setembro. Nós já levaremos todas as propostas prontas, inclusive,
37 modificações feitas pela CPA. Foi um longo trabalho, mais de um ano, onde
38 mais de mil pessoas passaram por ele e pelo menos setenta instituições
39 participaram deste processo. É um projeto que parte da sociedade e vai ser
40 julgado pela sociedade. Foram aprovados 8 anexos de licenciamento da parte



41 principal da 01/90. Falta bater o martelo na Plenária e, a partir deste momento,
42 nós teremos a Deliberação Normativa assinada pelo Governador e talvez seja
43 encaminhada para discussão na própria Assembléia. É um projeto muito
44 trabalhado pela sociedade que participou, contribuiu e dilapidou todo o
45 processo. Dito isto, gostaria de pedir à doutora Zuleika que fizesse parte da
46 mesa.

47 Passam para o segundo item da reunião.

48 Item 2 - Comunicado dos Conselheiros:

49 **Lucélio Nativo da Assunção, FIEMG:** comunica aos Conselheiros e ao
50 público presente, que há agora em Divinópolis, Cláudio, Santo Antônio do
51 Monte, Formiga e Arcos, curso técnico de Meio Ambiente com ênfase em
52 Saneamento. É uma parceria de um colégio de Divinópolis com a FUNASA. O
53 curso tem duração de um ano e meio. Em breve teremos estes profissionais no
54 mercado atendendo à demanda existente. É interessante que o COPAM esteja
55 ajudando através de palestras.

56 **Lessandro Gabriel, Associação Ambientalista do Alto São Francisco,**
57 **Lagoa da Prata:** gostaria de estender um convite a um programa da
58 Associação que é feito todo ano pelas escolas públicas. No dia 9 de setembro
59 nós estaremos com os 40 melhores alunos de uma escola públicas de
60 Iguatama. Estes irão passar o dia com a Associação em Lagoa da Prata. Eles
61 irão em áreas degradadas e áreas recuperadas com o apoio de toda a
62 comunidade de Lagoa da Prata. Também foi inaugurado um Centro de
63 Educação Ambiental em Casca D'Anta, onde o IBAMA, em parceria com a
64 White Martins, salientando a importância destas parcerias para a realização de
65 projetos. Foram assinadas, em Dores do Indaiá, as últimas Cartas de adesão
66 ao Projeto Reflorestamento e Educação da Nordeste. Estão envolvidos 15
67 municípios que estarão recebendo recursos através da Nordeste para
68 implantação de Coleta Seletiva, Reflorestamento e Educação Ambiental.
69 Informar, também, que o CRISAN está destinando verbas de até R\$ 15.000,00
70 para pequenos projetos como "horta comunitária", "apiculturas" e vários outros
71 segmentos. Este recurso é destinado às ONGs e Associações Comunitárias.

72 **Capitão Valmir José Fagundes:** gostaria de comunicar que terça-feira dia 17,
73 foi realizada a solenidade de instalação do Grupamento de Meio Ambiente da
74 Polícia Militar em Itaúna. Que fará a fiscalização em Itaúna, São Gonçalo do
75 Pará e Carmo do Cajuru. Era uma reivindicação antiga da comunidade.

76 **Camilo Lélis, FEDERAMINAS:** foi realizada no dia 18 de agosto uma reunião
77 na FEAM com o Dr. Ilmar e a Dr^a. Denise, onde a Prefeitura de Divinópolis está
78 assinando um convênio com a Pastoral de rua da Arquidiocese de Belo
79 Horizonte. A partir do dia 1º de setembro a Pastoral vai assumir o
80 encaminhamento dos Catadores de lixo da cidade de Divinópolis. Este
81 convênio será assinado no dia 1º de setembro.

82 Item 3 – Exame das atas

83 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** vamos dar continuidade
84 à reunião passando para a Ata. Todos os senhores receberam uma orientação
85 para a aplicação de penalidade decorrente de infrações ambientais? Isto
86 facilitará o acompanhamento das taxas e multas aplicadas nos processos.

87 Unidade Regional do Alto São Francisco.



88 2ª Reunião: 03/06/2004
89 3ª Reunião: 22/06/2004
90 4ª Reunião: 27/07/2004
91 Em discussão a Ata da 2ª Reunião: 03/06/2004
92 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** observamos que, na
93 transcrição da ata, ocorrem vários erros de digitação. Erros de ortografia. Eu
94 acredito que o nível de linguagem dos Conselheiros não é tão ruim quanto
95 consta nas atas. A ata da 2ª Reunião: na linha 795 espaço entre parênteses
96 constar “tive” e o segundo espaço entre parênteses é “relatório”. Na linha 1048,
97 o segundo espaço entre parênteses é “nenhuma atenção à área de
98 preservação”. Na linha 1051 “estar presente”. Linha 1185 consta a expressão
99 “Promotoria Jurídica”, não fui quem fez esta manifestação, não sei quem foi.
100 **Dr. Shelley da Souza Carneiro:** interrompe para pedir aos Conselheiros que
101 façam todas as observações sobre a segunda ata.
102 **Eustáquio Marcelino Valério, ABES - Associação Brasileira de Engenharia**
103 **Sanitária e Ambiental:** o nível da transcrição das atas está muito ruim,
104 inclusive o meu nome. E da ABES também, está constando “APIS”.
105 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** aprova a ata com as modificações propostas.
106 Em discussão a Ata da 3ª Reunião: 22/06/2004
107 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** a ata tem três datas diferentes.
108 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** vamos deixar esta ata para a próxima
109 reunião. Não vamos votar uma coisa tão confusa assim.
110 Em discussão a Ata da 4ª Reunião: 27/07/2004
111 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** nós não recebemos esta ata.
112 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** então tiramos de pauta também. Quando os
113 Conselheiros receberem, nós votamos. Outra coisa, a qualidade da Ata tem
114 sido uma reclamação de todos. De vez em quando nós temos mais sorte. Há
115 um professor de português em Varginha e a Ata tem sido muito elogiada. É de
116 qualidade. Não sei que dificuldades que a pessoa que está transcrevendo está
117 tendo, mas muitos problemas estão acontecendo na redação e na transcrição
118 também. Eu sempre peço que todos falem no microfone, porque não é fácil
119 transcrever pela fita. É interessante também que alguém faça uma correção.
120 São problemas iniciais que eu acredito que será corrigido com o tempo.
121 **Rogério Noce, Superintendente de Política Ambiental:** manifestando o que
122 o Coordenador me transmitiu, que o material já havia passado por uma
123 correção. Porém depois que foi distribuído este material, foi verificado que tinha
124 discrepâncias nos conteúdos. Tanto assim que ele preparou outras, mas que
125 não houve tempo suficiente. O responsável pela transcrição das atas se
126 encontra presente, pediu que todos fiquem mais atentos ao utilizar o microfone
127 e prometeu a revisão das atas para a reunião de Cláudio. Eu também vou
128 passar para ele o modelo utilizado em Varginha. Este aprimoramento vai
129 existir.
130 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** Ok. Vamos deixar estas duas atas para a
131 próxima reunião. Também devemos observar problemas que possam
132 acontecer nas pautas, pois é melhor não colocar em pauta do que tirar da
133 pauta. Os Conselheiros devem ter tempo para ler, e esta é uma transcrição



134 oficial, é legal, aberta ao público e que será disponibilizada quando for preciso,
135 Por isso, deve ser um documento de qualidade.
136 Item 4
137 PROCESSO ADMINISTRATIVO – LOC - APRESENTAÇÃO FEAM
138 ITEM 4.1 – Cooperativa Agropastoril Industrial - Bambuí LTDA
139 Fabricação de rações e serviços de armazenagem. MG.
140 PA COPAM: 02558/2001/0002/2002
141 ITEM 4.2 – Calcinação JR LTDA
142 Indústria de Calcinação – Formiga, MG.
143 PA COPAM: 01103/2003/001/2003
144 ITEM 4.3 – Distribuidora de Petróleo Formiga LTDA
145 Comércio Varejistas de Combustíveis Líquidos.
146 PA COPAM: 02054/2001/01/2001
147 Em discussão
148 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** nada havendo para os três itens, eu gostaria
149 de entrar no processo de votação. Quem estiver de acordo se mantenha como
150 está. APROVADO.
151 Item 5
152 PROCESSO ADMINISTRATIVO - LOC
153 ITEM 5.1 – Granja São Jorge, Geraldo Xavier e outros.
154 Suinocultura / Avicultura de Corte / Bovinocultura – Conceição do Pará, MG.
155 PA COPAM: 95/03/01/03
156 ITEM 5.2 – Fazenda Ressaca, Rômulo Melo Gontijo
157 Suinocultura / Culturas Anuais – Bom Despacho, MG.
158 PA COPAM: 62/03/01/03
159 Em discussão
160 **Moisés Perillo, SINGEO:** questiona sobre o número da pauta porque a sua
161 estava com a numeração errada.
162 **Eustáquio Valério, ABES:** podemos voltar ao item 4?
163 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** depois de votada não. Depois você pode
164 comentar alguma coisa.
165 **Eustáquio Valério, ABES:** relativo à Granja São Jorge. No primeiro item das
166 condicionantes, sobre as áreas de APP, pôs-se um prazo de 180 dias. Eu
167 acredito que este é um prazo bastante razoável para fazer demarcação das
168 áreas. Este prazo está adequado?
169 **José Antônio, Unidade Regional do Alto São Francisco:** este prazo está
170 adequado para demarcar o território e fazer a averbação no cartório.
171 **Eustáquio Valério, ABES:** estou satisfeito. Mas no item 4, apresentar novo
172 Certificado de Outorga do uso das águas imediatamente após o término do
173 prazo da validade do certificado em vigor com vencimento em 01/04/2009. No
174 laudo fala que o IGAM tem uma Outorga para o poço profundo de 4,5m³ dia e
175 fala ainda que o tempo de funcionamento do poço profundo é de 20 horas.
176 Gostaria de saber se o IGAM dá uma Outorga para o funcionamento de um
177 poço profundo trabalhar 20 horas por dia? Se é possível? Se isto não atrapalha
178 o lençol freático? Se há tempo de recarga do manancial?
179 **José Antônio, Unidade Regional do Alto São Francisco:** peço à minha
180 colega do IGAM para repassar esta informação.



181 **Vanessa Coelho Naves, Unidade Regional do Alto São Francisco:** eu teria
182 que avaliar mais detalhadamente este processo. Água subterrânea não é a
183 minha especialidade. Nós temos um Conselheiro que é geólogo, talvez ele
184 saiba esclarecer.

185 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** eu vou tirar de pauta e volta na próxima
186 reunião com mais esclarecimentos.

187 **Vanessa Coelho Naves, Unidade Regional do Alto São Francisco:**
188 perfeitamente. Eu analisaria melhor.

189 **Eustáquio Valério, ABES:** neste item fala também que o vencimento será
190 2009, e que o IGAM terá que apresentar outra Outorga. E em 2009 este tempo
191 de funcionamento ultrapassará 20 horas dia. Este prazo de validade está sendo
192 levado em consideração?

193 **José Antônio, Unidade Regional do Alto São Francisco:** o prazo de
194 validade é colocado com um lembrete, para o produtor...

195 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** mas o que ele falou não foi isso. Era bom
196 também neste caso, que se traga uma resposta. O que o Conselheiro está
197 falando é de uma descontinuidade neste valor. Ele apresenta um valor, mas se
198 formos observar dentro do prazo, o valor é muito maior.

199 **José Antônio, Unidade Regional do Alto São Francisco:** será observado
200 então.

201 **Eustáquio Valério, ABES:** os efluentes da suinocultura só poderão ser
202 lançados em curso d'água se os parâmetros estabelecidos da DN 10/86 forem
203 respeitados. Eu gostaria de saber quais são os parâmetros, pois na DN 10/86
204 são estabelecidos por classe. E qual é a classe do manancial que não foi citada
205 no relatório?

206 **José Antônio, Unidade Regional do Alto São Francisco:** os parâmetros
207 para lançamento em corpo d'água, depois de passar pela lagoa de decantação,
208 a água deve sair pura, em condições de ser reaproveitada.

209 **Vanessa, Unidade Regional do Alto São Francisco:** estava analisando o
210 processo, o poço tubular profundo tem a característica de retirar a água do
211 lençol freático superficial, próximo à superfície da terra. Se a água está sendo
212 bombeada, eu acredito que a recarga está sendo suficiente.

213 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** se você não conhece é melhor não falar.
214 Vamos ouvir o que o Conselheiro quer saber e na próxima reunião nós vamos
215 trazer-lhe uma resposta técnica, para que as pessoas possam votar.

216 **Eustáquio Valério ABES:** na verdade o que o técnico da Unidade Regional
217 do Alto São Francisco falou não está de acordo com o relatório. No relatório
218 não foi citada a classe do manancial que por ventura será lançado o efluente.
219 Cita somente os parâmetros da DN 10/56, mas não cita a classe.

220 **Eustáquio Valério, ABES:** sobre o item 7: construção de fossas sépticas de
221 acordo com o número de usuários, com filtro anaeróbio e sumidouro, de acordo
222 com as normas técnicas da ABNT 7293/93. Aqui também não cita prazos. E
223 quando deverão ser feitas as fossas sépticas para atender aos usuários da
224 granja?

225 **José Antônio, Unidade Regional do Alto São Francisco:** este item 7 está
226 sendo colocado de acordo com PCA. É ele quem faz esta recomendação.



227 **Eustáquio Valério, ABES:** então eu sugiro que seja colocado nas
228 condicionantes.

229 **Alex Moreira, representante da Comunidade Científica Alto São Francisco:**
230 na última reunião nós debatemos muito sobre esta questão do prazo e foi feita
231 uma sugestão para que fosse montado um quadro onde se estabelecesse as
232 condicionantes e seus prazos especificados. Inclusive, sobre a questão da
233 construção de fossas sépticas, foi sugerido e votado um prazo de 60 dias. Eu
234 queria estar sugerindo isto e mais algumas coisas em relação às
235 condicionantes.

236 **Dr Shelley de Souza Carneiro:** quanto ao prazo, é preciso esclarecer que
237 estes processos são mais antigos e estão vindo de Belo Horizonte. Por isso,
238 estes erros estão se repetindo, mas poderiam ser feitas as correções que
239 foram pedidas.

240 **Alex Moreira, representante da Comunidade Científica do Alto São**
241 **Francisco:** mais algumas observações: eu acho que deveria ser evitado se
242 colocar sempre aqueles 180 dias de uma forma geral. Eu sugeriria ao pessoal
243 do IEF o formato adotado pela FEAM porque é interessante para este quadro
244 de condicionantes. Me preocupa a questão dos efluentes da suinocultura que
245 só poderão ser lançados na água se os parâmetros estabelecidos forem
246 respeitados. Teremos então 180 dias de prejuízo para o meio ambiente pelo
247 lançamento desses efluentes. No item 6 *“havendo a comercialização com*
248 *empresas de reciclagem este deverá ser comprovado através de contrato”* nós
249 estamos dando seis meses para que a empresa busque alguém para fazer
250 reciclagem. É um prazo grande. A empresa só vai contratar, interromper
251 imediatamente o fornecimento de resíduos sólidos da avicultura, “cama de
252 frango”, por ser proibida. Primeiro se pede imediatamente, e depois se dá 180
253 dias? Imediatamente é agora! A demarcação e averbação da Reserva Legal
254 deveriam inclusive ter sido feita antes.

255 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** não foi
256 feita por ser uma LOC. Este processo é antigo, a averbação está sendo feita
257 agora. E com relação ao prazo da construção da fossa séptica, hoje às vezes
258 se faz em até 30 dias. Mas existem muitos empreendedores que não têm
259 condições. Se ele vai construir e não comprar pronta, ele vai gastar até 120
260 dias. Em relação aos outros itens, na próxima reunião cada condicionante terá
261 o seu prazo.

262 **Alex Moreira, representante da Comunidade Científica:** concordo
263 perfeitamente. Sei que é preciso ter sensibilidade em relação aos produtores e
264 seus custos. Mas não posso deixar de lembrar que nos pareceres técnicos, o
265 primeiro aspecto é mostrar o porte do empreendimento. Então se relata: o
266 empreendimento possui um plantel de 2.067 animais (suinocultura) e ainda
267 possui outras atividades. Este é um empreendimento que tem um certo porte.
268 Para manter este empreendimento muitas pessoas estão envolvidas que
269 precisam ter suas necessidades sanitárias atendidas. E isso deve ser mais
270 importante do que a simples continuação da sua atividade produtiva. Temos
271 que ser mais rígidos para termos uma atividade produtiva saudável, que
272 impacte o mínimo o meio ambiente e que não permita o desenvolvimento de



273 doenças que nós temos por aí por questões sanitárias que não foram
274 resolvidas. Por isso, temos que ser o mais rígidos possíveis.

275 **Marcelo Ferreira, IBAMA Lavras:** sobre a questão da demarcação das APPs,
276 apresentando um projeto de recomposição em um prazo de 180 dias. Este é
277 um prazo bem extenso porque esta é uma área deve ser preservada. Por isso
278 já deveria ser demarcada. Não foi realizada uma vistoria para comprovar se
279 havia estas áreas?

280 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** esta
281 vistoria foi realizada. A área existe. O prazo estipulado é para melhoria da área,
282 plantio de novas espécies.

283 **Marcelo Ferreira, IBAMA:** para um projeto 60 dias seria suficiente e para
284 recompor seria só cercar. (item 5.1 condicionante 1).

285 **Márcio Antônio de Oliveira, Divinópolis:** observo no item 2, o
286 empreendimento não faz uso de agrotóxicos. Os papéis e plásticos serão
287 armazenados para doação ou vendidos para reciclagem. Serão condicionados
288 em bombonas. Não seria necessária uma condicionante para as embalagens
289 de produtos veterinários? A quantidade desses produtos no empreendimento
290 não deve ser pequena!

291 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** no laudo
292 de vistoria foi solicitado este local para armazenamento das embalagens
293 vazias.

294 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** mas não está na condicionante que está
295 sendo julgada. Mas já que este processo irá voltar na próxima reunião, que
296 seja anexada a condicionante.

297 **Capitão Valmir, Polícia Militar:** com relação à demarcação de reserva legal
298 da Fazenda Ressaca, condicionante número 1. Pelas minhas contas uma
299 Fazenda de 89,6 hectares, os 20% de Reserva daria 17,92 hectares. O
300 produtor usa 80 hectares com milho, 3 hectares na suinocultura. Teoricamente
301 ele teria preservado 6,6 hectares e 11,32 estariam degradados. Será que esta
302 demarcação será suficiente para recompor? Eu creio que deve haver um
303 projeto de recomposição da área degradada.

304 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** esta
305 diferença de 17 hectares para Reserva Legal será adquirida na mesma Bacia,
306 em área próxima da Fazenda.

307 **Capitão Valmir:** isto não consta no processo.

308 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** isto é o Termo de Compensação que o novo
309 código colocou. Você pode compensar a área em outro local. O Conselheiro
310 tem razão porque ele detectou o problema e não o identificou no processo.
311 (item 5.2)

312 **Capitão Valmir:** que isto conste nos relatórios. Para que nós possamos votar.

313 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** o funcionário do IEF esteve
314 no local e constatou que não há reserva legal averbada e, além disso, não
315 haveria nem os 20% mínimos respeitados. Se o funcionário constatou isto está
316 caracterizado crime do artigo 48 da Lei 9.605 que é impedir ou dificultar a
317 regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação e isto inclui a
318 Reserva Legal. Eu questiono ao funcionário se ele lavrou o Auto de Infração e
319 encaminhou a documentação seja para a Polícia ou Ministério Público?



320 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** não foi
321 lavrado.

322 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** então como Promotor de
323 Justiça e não como Conselheiro, estou requisitando ao Senhor a lavratura do
324 Auto e o encaminhamento ao Ministério Público no prazo de 10 dias.

325 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** será
326 lavrado.

327 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** gostaria de fazer um apelo aos
328 colegas de Conselho: que nós possamos dar um crédito de confiança aos
329 técnicos da Unidade Regional, quanto às questões de prazo. Estamos sempre
330 pedindo reduções de prazos, sem ter ido ao local, sem conhecer o projeto *In*
331 *loco*. Nós tínhamos que dar um crédito aos técnicos, que são experientes.

332 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** os técnicos merecem toda a nossa
333 credibilidade. Se não fosse assim todos teríamos que ir à área conferir. Nós
334 temos que acreditar no que está escrito. O técnico tem uma responsabilidade
335 sobre o que está escrito, inclusive legal. Mas existem dúvidas que estão sendo
336 colocadas, por exemplo, questões que estão no PCA e que não foram
337 anexadas. Por isso, nada impede como eu vou colocar em diligência estes
338 processos para que na próxima reunião, estas dúvidas sejam sanadas e o
339 processo possa ser votado. As discussões são pertinentes, os Conselheiros
340 têm toda liberdade, eu só interferiria se houvessem problemas de agressão
341 ética ou moral ou de pessoas e nomes. Isto eu sempre vou interferir, porém
342 problemas técnicos são normais. Vocês estão julgando e devem ter
343 consciência sobre o voto de vocês. Se os técnicos não tiverem respostas na
344 hora, serão esclarecidas na próxima reunião. Meio ambiente é multidisciplinar,
345 envolvido em vários aspectos, e pode ser que o técnico não tenha respostas no
346 momento. Mesmo que ele tenha feito o processo, às vezes, este foi escrito há
347 dois anos atrás. Não vamos dizer que foi um processo mal feito. Também, esta
348 Unidade foi inaugurada há 4 ou 5 meses e estão recebendo processos de Belo
349 Horizonte. O IEF tem 50 anos e a FEAM tem 20 e poucos anos, em pouco
350 tempo teremos estas informações, mas não é um processo mágico. Só lamento
351 não ter presente pessoas do IGAM e do IEF que acompanharam o processo.

352 **Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** isto foi dito em relação aos
353 prazos. Nós devemos estar aperfeiçoando o processo.

354 **Lessandro Gabriel, ASF:** gostaria de um esclarecimento: foi dito que o
355 empreendimento não tem área de Reserva e estaria adquirindo em outro local.
356 Este seria na mesma bacia ou na micro-bacia do próprio empreendimento?

357 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** na micro-
358 bacia do próprio empreendimento.

359 **Lessandro Gabriel, ASF;** o que se tem visto é que alguns empreendimentos
360 estão procurando terras mais baratas dentro da Bacia do São Francisco. Não
361 desfazendo de nenhuma região, mas temos regiões na Bacia que estão sendo
362 distribuídas de graça, não tem valor econômico. Nós temos esta preocupação,
363 se algum empreendimento está buscando averbação de outras terras mais
364 baratas em outros municípios, prejudicando o próprio município onde está o
365 empreendimento.



366 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** nós
367 estamos cientes disto. Procuramos conversar e orientar o empreendedor para
368 que ele adquira estas terras na micro-bacia do seu empreendimento.

369 **Alex Moreira, representante da Comunidade Científica:** item 5.2. Se
370 encontram as mesmas questões que já foram discutidas em outras reuniões.
371 Com o agravante que em alguns aspectos não se especifica nada. Em outro
372 aspecto também, onde eu gostaria de estar sensibilizando os técnicos: o
373 grande objetivo deste Conselho é estar flexibilizando e analisando as questões
374 técnicas. Então sempre que se fizer um parecer que não se pensasse na
375 condição do empreendedor. Quem tem que pensar isto somos nós. Algumas
376 observações a respeito do empreendimento podem ser feitas no início do
377 processo, para uma maior flexibilidade por parte dos Conselheiros.

378 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** o que o Conselheiro está querendo dizer é
379 para que haja uma percepção diferenciada no parecer técnico. Que conste o
380 prazo para cada obra, dentro da disponibilidade. E separe isto para que facilite
381 a análise do Conselho. Acho que juridicamente não há problema nenhum,
382 desde que mantenha uma coerência técnica.

383 **Alex Moreira, representante da Comunidade Científica:** concordo e a
384 questão é que nós estamos adequando os prazos para que o meio ambiente
385 seja atendido da melhor forma possível. Gostaria de estar aumentando os
386 prazos, mas para isto eu teria que ter o mínimo de prazo possível em mãos.

387 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO;** este é
388 um processo LOC referente à fossa séptica. O empreendimento já tem a fossa
389 negra. Nós estamos querendo melhorar as condições para os funcionários e
390 para o empreendimento.

391 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** vou parabenizar o trabalho
392 do José Antônio. Se o laudo não nos trouxesse subsídios não nos traria tantos
393 questionamentos. Nós sabemos toda a dificuldade que o IEF enfrenta. Fica
394 aqui registrado que não há uma crítica ao trabalho do IEF. Sobre os prazos
395 estabelecidos, o Conselheiro Alex têm razão em colocar a necessidade dos
396 prazos específicos e entendo a preocupação do IEF. Este fixou um prazo
397 comum para facilitar a fiscalização, para que esta possa ser feita num só
398 momento. Mas nada impede que haja a necessidade de apresentação do
399 relatório de comprovação de todas as condicionantes em 180 dias. E que cada
400 condicionante tenha um prazo específico. Porque se houver a oportunidade de
401 fiscalização ela incidir no local e verificar, naquele dia, que não se cumpriu.
402 Condicionantes com prazo específico e o relatório global é o caminho melhor
403 que atenderá estas discussões enfrentadas aqui agora.

404 **José Antônio, UNIDADE REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO:** é por isso
405 que estamos descentralizando o trabalho. Para atender melhor a região.

406 **Alex Moreira, representante da Comunidade Científica:** queria deixar claro o
407 reconhecimento ao trabalho do órgão. E lembrar que é possível o
408 empreendedor vir até aqui, fazer sua própria defesa. Nós não temos recebido
409 nenhum deles aqui.

410 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** nós estamos seguindo a ordem. Logo após as
411 dúvidas dos Conselheiros eu chamarei os interessados que queiram se
412 pronunciar.



413 **Eustáquio Valério, ABES:** salientar que os questionamentos na Granja São
414 Jorge são pertinentes às minhas dúvidas na Fazenda Ressaca.

415 **Regina Greco, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará:** gostaria de
416 reiterar a solicitação feita na reunião realizada no INESP. Dr. Shelley não
417 estava presente, o Dr. Ilmar que presidiu a reunião. Nesse processo, eu
418 gostaria de comunicar aos membros do COPAM que desde 1988 já existe o
419 enquadramento das águas da Bacia do Rio Pará e todos os seus afluentes.
420 Nós temos mapas e a deliberação 028/98 a disposição dos Conselheiros e de
421 quem precisar dos órgãos. É muito difícil fazer condicionantes da área agrícola
422 sem dizer a classe do curso d'água. Isto é fazer uma condicionante
423 generalizada como está colocada feita pelo IEF. Quando se tem um item que
424 pede que se cumpra a 010/86, sem especificar para o produtor quais os itens
425 ele deve apresentar de análise, este está colocado de forma generalizada. "Os
426 efluentes só poderão ser lançados no curso d'água se atenderem aos padrões
427 estabelecidos". Não disse a classe. Nós temos ela na Bacia do Pará e não
428 disse quais, como a própria FEAM e outras estruturas de governo a nível
429 federal. E dentro do relatório, estão aqui para qualquer um tirá-las daqui,
430 qualquer técnico, que são os efluentes. Isto foi pedido há três reuniões. Estão
431 diversos itens, "DBO" "DQO" "SOLOS SEDIMENTADOS" "SOLOS
432 SUSPENSOS"... um custo de análise aqui somam mais de R\$ 5.000,00, sendo
433 que não há necessidade. O que o técnico precisa da área de suinocultura são
434 estes tópicos que estão dentro do relatório, nos afluentes da suinocultura. O
435 segundo fator é que quando se tem uma avaliação da área agrícola no seu
436 todo, quando se faz uma solicitação ou qualquer licença que estão nas
437 portarias novas do IEF, neste licenciamento simplificado do IEF já se exige que
438 a área de Reserva Legal já esteja registrada em cartório, pronta. A minha
439 sugestão para o corpo do COPAM é que quando o processo vier de um
440 licenciamento maior da área da agricultura é que esta área já esteja pronta,
441 não precisa ser questionada. Não há necessidade de dar um prazo para ser
442 feita. A dificuldade do produtor de entender a licença depois que está com ela é
443 enorme. O Jadir, que é o técnico responsável para a área de suinocultura nesta
444 região disse que ia pedir para que se estabelecesse um padrão. Mas o
445 procedimento se repete nas reuniões. O IEF precisa dar uma paradinha, pedir
446 ajuda ao Comitê que está perto de vocês para que o produtor saiba a classe
447 que ele está. E isto facilitaria. Esta integração é que está faltando.

448 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** gostaria de verificar isto com a Unidade, já
449 que o assunto já foi colocado em outras reuniões. Nós estamos trabalhando
450 para uma padronização. É um bom momento para informações importantes.
451 Como já foi dito, estes processos estão em diligência.

452 ITEM 6

453 Processo Administrativo para exame de Auto de Infração

454 Apresentação FEAM

455 6.1- BECOFIAM LTDA – alvejamento e tingimento de fios de algodão – São
456 Gonçalo do Pará/ MG

457 PA COPAM 724/2003/001/2003

458 AI 019/2003



459 **Maria Cláudia Pinto, Assessoria Jurídica da Unidade Regional do Alto São**
460 **Francisco:** Parecer Jurídico:

461 Isto posto, remetemos os Autos à Câmara da Atividades Industriais do
462 COPAM, sugerindo a aplicação de uma multa no valor de R\$ 10.641,00.
463 Infração gravíssima. porte pequeno do empreendimento. Nos termos do artigo
464 1º, item 3, alínea “a”, combinado com o artigo 2º, item 1, da DN COPAM 27/98,
465 alterada pela DN COPAM 64/03.

466

467 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** Em discussão.

468 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** coloca em votação. **APROVADO.**

469 6.2 – Giovanni Lopes Tonani – recicladora de plásticos – Bom Despacho/MG

470 PA COPAM 724/2003/001/2003

471 AI 514/2003

472 **Maria Cláudia Pinto, Assessoria Jurídica da Unidade Regional do Alto São**
473 **Francisco:** Parecer Jurídico:

474 Por derradeiro ante à ausência de argumentos jurídicos capazes de
475 descaracterizar a infração cometida, remetemos os Autos à Câmara de
476 Atividades Industriais do COPAM, sugerindo a aplicação de uma multa no valor
477 de R\$ 10.641,00, reduzida em até um terço pelo fato de limitado a degradação
478 ambiental causada. Nos termos do artigo 1º, inciso 3 alínea “a”, infração
479 gravíssima. porte pequeno do empreendimento, combinado com o artigo 2º,
480 parágrafo 1º, inciso I, combinado com o artigo 3º, inciso I, alínea “a”, da DN
481 COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03.

482 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** Em discussão.

483 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** reduzida em até um terço.
484 Entendo que cabe ao Conselho dosar a redução. Gozará da redução máxima
485 de um terço, aquele que tiver feito todo o esforço para atenuar o impacto. Por
486 isso eu questiono se foram adotadas todas as medidas. Se foi feito todo um
487 esforço que justifique a redução em um terço. Ou se nós devemos graduar esta
488 redução para um percentual menor.

489 **Dra. Carmem, Procuradoria da FEAM:** gostaria de fazer uma colocação. A
490 primeira é de que fosse retirada este “reduzido em até um terço”. Esta redução
491 trata-se de uma circunstância que seria atenuante. O fato é que apesar do
492 empreendimento ter caracterizado uma atenuante e, esta seria sua redução em
493 até um terço, ela não poderá ser aplicada porque a própria deliberação 64, no
494 seu artigo 4º, fala que em seu patamar mínimo, a multa não pode ser reduzida.
495 E esclarecendo ainda que esta colocação procede no sentido em que o
496 empreendedor tivesse assinado um Termo de Compromisso, que depois de
497 cumprido ele poderia fazer uma outra redução. Mas nesta colocação dos Autos
498 trata-se apenas de uma circunstância atenuante, que não pode ser aplicada.
499 Eu solicito a aplicação da multa na forma que se encontra.

500 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** de qualquer maneira se ele atender todos os
501 requisitos e entrar no prazo certo, ele tem ainda 50% da pena.

502 **Dra. Carmem, Procuradoria da FEAM:** não. O que a legislação prevê, é para
503 o caso do empreendedor assinar o Termo de Compromisso. Ele poderá num
504 futuro julgamento, cumprida as condicionantes, ter uma redução em até 50%.



505 **Zuleika Torquetti:** apenas um esclarecimento: esta empresa encontra-se em
506 processo de LOC que foi formalizado em março de 2004. Já ocorreu uma
507 vistoria no empreendimento, onde foi constatado que o efluente sanitário é
508 tratado por um sistema fossa séptica, filtro anaeróbio e o efluente industrial que
509 seria o aspecto ambiental mais significativo deste tipo de indústria é tratado
510 num sistema físico-químico, apenas no nível primário. Foram solicitadas
511 informações complementares à documentação técnica apresentada no
512 processo de licenciamento e o prazo que a empresa possui para apresentar
513 estas informações à FEAM vencerá no dia 17 de setembro. Neste caso, como
514 a empresa foi autuada por operar sem licença, entendo que não cabe a
515 assinatura de um Termo de Compromisso.

516 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** a empresa está presente?

517 **Giovanni Lopes Tonani,** representante da empresa: como foi dito, a empresa
518 se encontra em processo de licenciamento. Fomos nós quem pedimos a
519 vistoria para que fosse feito o licenciamento. O fiscal veio para fazer a vistoria e
520 dar início ao licenciamento. Como todo processo existe uma burocracia. A
521 empresa vem fazendo investimentos como compra de maquinário, treinamento
522 de pessoal, envolvendo dinheiro. Se a empresa não tivesse iniciado suas
523 atividades, mesmo durante o processo de licenciamento, ela hoje não existiria
524 mais. É necessário vender, girar, para poder pagar seus funcionários, seu
525 maquinário e sobreviver com suas próprias pernas. Tendo em vista isto, eu
526 Giovanni Lopes Tonani assumi a total responsabilidade de colocar em
527 funcionamento mesmo estando em processo de licenciamento. Já tomando
528 medidas que minimizassem os impactos. Mesmo no processo de tratamento da
529 água, que nem foi pedido pela FEAM, foi feito para estarmos corretos. Inclusive
530 temos o tratamento com análise dos efluentes. Todos os resíduos sólidos são
531 destinados para outras indústrias que reciclam, conforme protocolado no RCA.
532 A responsabilidade foi de que nós colocamos a empresa em funcionamento,
533 mesmo sem licenciamento em mãos, porém em processo, tendo em vista a
534 sobrevivência de uma empresa que gera empregos, gera receita para a cidade,
535 ajuda na preservação do meio ambiente mesmo estando ainda sem o
536 licenciamento. Hoje eu venho aqui para pedir uma certa flexibilidade no
537 processo. Este processo não é tão poluidor. Afinal estou tirando o material
538 poluidor das ruas e rios para processar em minha empresa e não só em Bom
539 Despacho, mas em toda a região da Bacia do Rio Pará. Se formos analisar,
540 tenho certeza que este material diminuiu hoje.

541 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-Adjunto:** Em discussão...

542 **Giovanni Lopes Tonani, representante da empresa:** falando sobre, porque
543 este foi o meu grande problema. Não pedindo mais prazo, eu gostaria que o
544 meu processo de licenciamento fosse mais rápido. Eu tenho até o dia 17 de
545 setembro para entregar e já foi entregue. Ou seja, nós cumprimos com prazo
546 de folga dentro dos 120 dias pedidos. Por isso peço redução da multa em 50%.

547 **Rogério Chaves, prefeitura Municipal de Lagoa da Prata:** gostaria de pedir
548 aos colegas Conselheiros que dessem um crédito a empresa de Giovanni
549 Lopes. Porque o maior câncer ambiental que nós temos é esta "PET". E quem
550 trabalha com o material reciclável como a ASCAP, em Lagoa da Prata, tem
551 desagüado bastante a quantidade de "PET" no nosso município. Por estar



552 vivendo este momento, eu gostaria de pedir aos colegas Conselheiros que o
553 ajudassem nesta multa.

554 **Dra. Carmem, Procuradoria:** infelizmente, o patamar desta multa é o menor
555 possível. No valor de R\$ 10.641,00. Quando trabalhamos com a questão
556 ambiental, é interessante dizer que a questão ambiental pertence a todo
557 mundo. O trabalho não resta dúvida, é louvável, quanto à reciclagem do
558 material. Mas há questões que são também poluidoras como aterro sanitário,
559 ETEs e também são passíveis de autuação e o que se é possível dentro da
560 legislação é o patamar mínimo de R\$ 10.641,00 que ele já foi enquadrado. O
561 que poderá ser no futuro, no seu pedido de reconsideração, caso ele obtenha
562 efetivamente a licença, vir novamente a este Conselho e poderá ter uma
563 redução em até 50%.

564 **Rogério Chaves, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata:** tendo em vista
565 que a vistoria foi pedida pela própria empresa, realizada em 02/05/2003,
566 mesmo assim eu continuo pedindo que utilize-se qualquer recurso em favor da
567 empresa.

568 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-Adjunto:** se fosse pela coragem
569 dele e vontade de vir até aqui, eu não teria a menor dúvida. Nós já julgamos
570 casos muito mais problemáticos, como em Uberlândia. Mas nós estamos para
571 cumprir a lei, nós temos a lei atrás da gente. O problema aqui é o cumprimento
572 de uma lei que está aí. Podemos tentar mudar a lei, mas ela está para
573 cumprirmos e às vezes ela engessa um pouco nosso processo. Não é o
574 processo emocional, é o que está escrito na lei. Hoje, os senhores estão aqui
575 como funcionários públicos para fazer cumprir esta lei. O que eu acho
576 importante, que foi colocado pela Dra. Carmem é que já o patamar mínimo,
577 porém como foi colocado pela Dra. Zuleika, o processo já está em andamento,
578 bastante adiantado. Com isso ele pode obter os 50%. Você pode ter direito de
579 ser julgado posteriormente e receber o abatimento de 50%. Mas está sendo
580 julgado hoje um fato, onde ele foi autuado em desacordo com a lei, uma das
581 quais ele próprio diz que começou a funcionar sem a licença, isto já é um fato
582 ilegal. Não existe nenhum ato que diga que ele não cometeu o ato ilícito, pelo
583 contrário, isto foi confirmado por ele aqui. Nós estamos julgando uma multa que
584 está legalmente colocada dentro das nossas leis.

585 **Dra. Zuleika Torquetti, FEAM:** a partir do momento em que o empreendedor
586 for notificado da aplicação desta multa, ele tem um prazo de 20 dias para entrar
587 com o pedido de reconsideração. Isto é importante que você faça até que o
588 pedido de reconsideração venha a julgamento novamente quando, muito
589 provavelmente, a sua licença já vai ter sido julgada e você fará jus a redução
590 de 50% neste valor.

591 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-Adjunto:** queria pedir à Unidade
592 que ajude o empreendedor a fazer todo este procedimento. Coloca em
593 votação. **APROVADO.**

594 Na próxima reunião vamos trazer uma palestra sobre suinocultura, que é
595 bastante interessante e importante para a região.

596 ITEM 7

597 **USO DE RECURSOS HÍDRICOS EM MINAS GERAIS**

598 **Em destaque a URC/COPAM Alto São Francisco**



599 **Técnica: Vanessa Coelho Naves**

600 **Engenheira Agrônoma**

601 Resumo:

602 Assunto: Processos de Outorga com ênfase aos processos da Regional Alto
603 São Francisco.

604 Recursos hídricos sujeitos a Outorga:

- 605 • Captação de águas superficiais de cursos d'água estaduais, com nascente
- 606 e foz dentro do Estado de MG;
- 607 • Exploração de água subterrânea;
- 608 • Lançamentos de efluentes (feito pela ANA);
- 609 • Aproveitamento de potencial hidrelétrico;
- 610 • Usos ou ações que altere o regime hídrico de cursos d'água;

611 Principais finalidades de Outorga:

- 612 • Irrigação, sendo maior usuário de água no mundo;
- 613 • Abastecimento público; * uso prioritário
- 614 • dessedentação de animais; *uso prioritário
- 615 • Piscicultura;
- 616 • Consumo industrial
- 617 • Extração mineral;
- 618 • Canalização de cursos d'água

619 Modalidades de Outorga feitas pelo IGAM:

- 620 • Autorização concedida à modalidades que se destinam a uso particular.
- 621 • Concessão é dada para obras com finalidade pública.
- 622 • Certidão de uso insignificante.

623 Como se define o uso insignificante: lei 13.199/1999 diz que independem de
624 Outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, o uso de
625 recursos hídricos para satisfação de necessidades de pequenos grupos
626 populacionais distribuídos no meio rural, bem como as acumulações,
627 captações, derivações e lançamentos considerados insignificantes.

628 Decreto 41.578/2001 a dispensa de Outorga considerada insignificante
629 respeitará os critérios e parâmetros normativos fixados pelos Comitês de
630 Bacias Hidrográficas. O artigo 37 diz que o estabelecimento de critérios pelas
631 bacias será procedido de estudos realizados pelas bacias. Ou na falta, pelo
632 IGAM. Como não temos nenhuma Agência de Bacia em nosso estado, o IGAM
633 se antecipou devido ao ônus que estas pequenas Outorgas trazem tanto para o
634 Outorgante quanto para o Outorgado e encaminhou ao Conselho Estadual de
635 Recursos Hídricos, uma proposta de DN feita pelo Instituto para que o
636 consumo insignificante fosse definido. DN 09 CRHMG, define usos
637 insignificantes para circunsições hidrográficas no Estado de Minas Gerais.

638 A Bacia Hidrográfica como base da gestão de águas no Brasil:

639 Considera-se como Bacia Hidrográfica uma área de superfície terrestre,
640 delimitada pelas partes mais alta do relevo. Na qual as águas das chuvas
641 escorrem para os pontos mais baixos formando os cursos d'água e lagos. É
642 uma divisão espacial feita pela própria natureza. A Unidade de Planejamento
643 integra políticas de ações conjuntas já que ela não coincide com a divisão
644 política dos municípios, proporcionando uma integração das políticas locais.



645 Assim como a divisão das bacias não coincide com a divisão política. As
646 divisões das Regionais do (COPAM) também não coincidem. A Unidade
647 Regional Alto São Francisco coincide com parte de oito Unidades de
648 Planejamento. Por isso quando estiver Outorgando, a Regional terá que
649 conviver com regiões muito diferentes, e atender aos parâmetros estabelecidos
650 por cada Comitê de Bacia.

651 Levantamento de Outorgas dentro da regional Alto São Francisco:

- 652 • Outorgas de água superficial / 526
- 653 • Outorgas de água subterrânea / 401
- 654 • Outorgas vencidas / 32
- 655 • Processos incompletos / 250 (aguardando informação complementar)
- 656 • Processos em tramitação / 34
- 657 • Processos indeferidos / 36 (não foi concedida Outorga)
- 658 • Processos pagos / 33 (concedida Outorga, aguardando publicação)

659 A técnica Vanessa Coelho Naves encerra a palestra e se dispõe para
660 esclarecer dúvidas.

661 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** agradece e elogia a palestra.

662 ITEM 8

663 **ASSUNTOS GERAIS:**

664 **Eustáquio Valério, ABES:** eu só recebi os processo via *e-mail* na terça-feira É
665 um prazo muito curto para você poder tomar parte de todos os processos. Se
666 possível que fossem enviados com 10 dias de antecedência.

667 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** este é um erro da Regional. Eu fiz um trato
668 com os Conselheiros que seriam com 10 dias de antecedência. A Unidade
669 pode se pronunciar?

670 **Rogério Noce, Superintendente de Política Ambiental:** estou falando em
671 nome da Regional porque nas últimas duas semanas a Regional passou por
672 dois treinamentos, tanto em Divinópolis quanto em Belo Horizonte. Com este
673 acúmulo houve problemas tanto nos processos quanto nas pautas em relação
674 à comunicação com os Conselheiros. Todo este problema será resolvido a
675 partir de agosto. Em breve tudo isto será disponibilizado no SIAM onde os
676 senhores terão acesso como usuários, como Conselheiros efetivos. Isto será
677 um facilitador. Os senhores terão acesso a todos os processos. A meta básica
678 nossa é fazer com que os processos estejam disponibilizados em 10 dias. Para
679 facilitar a análise de vocês.

680 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** o Dr. Rogério é o Coordenador da logística de
681 todas as regionais. Mas a responsabilidade sobre isto é da Regional. A
682 Unidade têm a obrigação de entregar estes processos com 10 dias de
683 antecedência. Isto explica, mas não justifica. Todos temos atividades e receber
684 os processos com dois dias de antecedência dificulta o serviço do Conselheiro.

685 **Conselheiro (não se identifica):** eu comecei a ler o jornal do COPAM e:
686 *“comissão treina a equipe da Unidade Regional Alto São Francisco, foi em*
687 *Divinópolis”*. Não estava aberta aos Conselheiros? Eu não fiquei sabendo!

688 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** não, por ser um assunto muito interno, bem
689 administrativo: recebimento de documento, como fazer vistoria, auditoria, etc.



690 **Alex Moreira, Comunidade Científica do Alto São Francisco:** gostaria de
691 solicitar uma cópia da portaria que nos nomeou Conselheiro.

692 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** será enviada.

693 **Rogério Chaves, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata:** gostaria de um
694 destaque para a Unidade de Conservação do IEF, na pessoa de Élcio e
695 Margarida, que me auxiliaram no registro do “Parque Ecológico Francisco de
696 Assis Rezende” e estão nos ajudando passando as áreas de reserva da Usina
697 “Luciânia” para o ICMS ecológico do município.

698 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** aproveitando que nos
699 encontramos no município de Bom Despacho, queria registrar a continuidade
700 da operação S.O.S São Francisco neste município. A operação foi
701 desenvolvida pelo IBAMA, pela Polícia Militar do Meio Ambiente e pelo
702 Ministério Público. No ano passado foram catalogadas 443 propriedades que
703 foram vistoriadas pelo IBAMA, que elaborou os respectivos laudos, enquanto a
704 Polícia Militar do Meio Ambiente elaborou os boletins de ocorrência. Cada um
705 dos proprietários está sendo chamado para regularizar a situação do imóvel
706 situado às margens do Rio São Francisco. Os casos mais conhecidos são os
707 dos rancheiros. O IBAMA já nos enviou quase todos os laudos e aqui na
708 comarca de Bom Despacho foi realizada uma audiência em que chamados
709 todos os proprietários. Aqui são 46. Explicada toda a operação, qual seria o
710 compromisso de Ajustamento de Conduta a ser celebrado e de posse dos
711 Laudos e Boletins de Ocorrência, a Promotora da Comarca Dr. Luciana
712 Imaculada de Paula e eu, como Coordenador das Promotorias de Meio
713 Ambiente do Alto São Francisco celebramos, até o momento,
714 aproximadamente 30 Ajustamentos de Conduta, os outros estão sendo
715 chamados paulatinamente. É importante dar esta prestação de conta à
716 sociedade e ao IBAMA, Conselheiro Marcelo está aqui, sendo um dos que
717 realizou o trabalho. Parabenizar o IBAMA e a Polícia do Meio Ambiente e
718 garantir que a continuidade da operação está assegurada, pela preservação do
719 Rio São Francisco. Num segundo momento foi pedida a Polícia Militar do Meio
720 Ambiente local a relação de todos os proprietários de grandes imóveis rurais
721 que serão chamados pelo Ministério Público para a averbação da Reserva
722 Legal e recomposição da APP.

723 **Lessandro Gabriel, Associação ambientalista Alto São Francisco:**
724 aproveitando também nossa presença em Bom Despacho, a associação tem
725 acompanhado trabalhos realizados pela Polícia Militar Ambiental em Luz, Arcos
726 e Lagoa da Prata. É um trabalho sério feito junto ao Ministério Público das
727 cidades. É um trabalho muito bem feito, até acima da capacidade deles.

728 **Márcio de Oliveira, município de Divinópolis:** o Conselheiro Eustáquio havia
729 indagado sobre a votação feita em bloco do processo 4.1; 4.2; 4.3; e se poderia
730 voltar a discutir sobre ele. Isto acabou deixado para os assuntos gerais, como
731 ficou este procedimento?

732 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** depois de votada uma licença não há como
733 voltar. Por isso temos que ter responsabilidade. Uma coisa é a discussão. Se
734 ninguém se pronuncia quer dizer que está tudo bem. A votação em bloco é
735 natural. Muito usada em Belo Horizonte. O ideal é que se tenha menos a dizer
736 sobre o processo, isto quer dizer que está tudo bem. À medida que o grupo deu



737 a licença eu não posso voltar. Seria um desrespeito a opinião de vocês. O item
738 continua em aberto... Gostaria de agradecer a presença de todos vocês e dizer
739 que foi feita uma inversão na próxima reunião por causa de uma palestra muito
740 interessante sobre “*A revitalização do São Francisco*”. Então nossa próxima
741 reunião será em São Roque de Minas, onde está a nascente, do Rio São
742 Francisco. Será uma reunião muito especial e eu gostaria de levar toda esta
743 equipe de Brasília e Belo Horizonte e também para se criar na nascente esta
744 discussão deste grande trabalho que está sendo feito no São Francisco. Vou
745 inverter para poder aproveitar a equipe, porque eles irão viajar depois e não
746 teremos como ouvi-los. A próxima reunião, no dia 23 de setembro, será em
747 São Roque de Minas e a próxima será em Cláudio. Depois, que eu acho muito
748 importante será uma palestra sobre suinocultura, que poderá ser realizada em
749 Cláudio. O problema de suinocultura é bastante grave aqui nesta região
750 também. Dito isto, foi colocado dois processos em diligência, que voltam na
751 próxima reunião para serem discutidos além dos processos normais. Apesar de
752 ser um processo complicado, vamos ver com a Unidade, que sempre faz a
753 logística das reuniões, se poderíamos estar, agendando para o dia seguinte ao
754 da reunião, uma visita, porque é uma região maravilhosa. Onde está a
755 nascente do Rio São Francisco. Sempre vamos procurar realizar visitas nas
756 cidades onde formos. Alguma suinocultura padrão ou matadouro... Estivemos
757 em Poços de Caldas visitando a PCH e outras. Tem muita coisa boa sendo
758 feita em Minas. É bom conhecer, inclusive, para se criar padrões. Vamos tentar
759 criar aqui estas oportunidades. Para o ano que vem vamos tentar fazer um
760 grande encontro dos COPAMs em Belo Horizonte. Está muito no início ainda.
761 Estamos esperando as coisas se sedimentarem primeiro. Mas será
762 interessante para nos conhecermos melhor, ouvir palestras e as Unidades
763 poderão mostrar seus trabalhos.

764 **Alex Moreira, comunidade científica:** gostaria de deixar como registro o meu
765 pesar em não participar da reunião no dia 21 de outubro devido a uma viagem
766 ao exterior onde estarei em um Congresso Latino-americano de Administração.

767 **Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** registrar a presença da
768 Promotora Luciana Imaculada de Paula que havia sido elogiada antes de
769 chegar. O que prova que eu falo bem pelas costas, sem praticar maledicência.

770 **Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de agradecer
771 muito pela reunião, que às vezes tem um problema ou outro, mas são naturais.
772 Tenho consciência de que em pouco tempo a Unidade já estará trabalhando 30
773 ou 40 processos, já bem entrosados no processo. A Secretaria vai estar dando
774 o suporte. Até o fim deste ano alguns dos nossos processos já estarão
775 prontos...

776 **Lessando Gabriel:** gostaria de pedir ao COPAM que atualize os endereços e
777 e-mail dos Conselheiros e suplentes.

778 **Dr. Shelley de Souza Carneiro:** muito obrigado à Regional, por cuidar da
779 logística da reunião. Muito obrigado aos Conselheiros pela presença. E até São
780 Roque. ... ▼

OBS: Onde encontramos os símbolos ... ▲ ... ▼ indica fim e início de fita
De acordo com o artigo 28, da Deliberação Normativa COPAM Nº 30, de 29 de
setembro de 1998.



Shelley de Souza Carneiro _____

Alex Fernandes Santiago _____

Alex Moreira _____

Camilo Lélis André de Melo _____

Eustáquio Marcelino Valério Calderano _____

Geraldo Ferreira Vaz _____

Gerson Luiz de Freitas _____

Lessandro Gabriel da Costa _____

Lucélio Nativo da Assunção _____

Marcelo Ferreira Guimarães _____

Márcio Antônio de Oliveira _____

Roberto Soares Nogueira _____

Rogério Chaves _____

Valmir José Fagundes _____

Verginia Margareth Martins _____